

RESOLUÇÃO ENFAM N. 7 DE 9 DE JULHO DE 2021 (*).

Altera a Resolução Enfam n. 1 de 3 de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais para as ações educacionais direcionadas aos magistrados federais e estaduais no período de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia Covid-19.

O DIRETOR-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA – ENFAM, usando da atribuição conferida pelo art. 22, inciso VIII, do Regimento Interno, em virtude da necessidade excepcional de continuar com as medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia Covid-19, referendada pelo Conselho Superior da Enfam na reunião ordinária realizada em 22 de outubro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os artigos 1º, 5º e 6º e os parágrafos únicos dos artigos 4º e 6º da Resolução Enfam n. 1 de 3 de abril de 2020, que passam a vigorar conforme a seguir:

“Art. 1º Fica autorizada a realização, na modalidade a distância, incluindo remota emergencial, em caráter excepcional, até 31 de março de 2022, do Curso Oficial de Formação Inicial, devidamente credenciado, nos termos do art. 30 da Resolução Enfam n. 2 de 8 de junho de 2016, inclusive do Módulo Nacional. (NR)

...

Art. 4º ...

Parágrafo único. O pedido de credenciamento para a ação educativa mencionada no caput deve ser feito até 30 (trinta) dias corridos antes de seu início. (NR)

Art. 5º O curso na modalidade a distância credenciado por uma escola poderá ser compartilhado com outra escola desde que devidamente inserido o pedido na plataforma de credenciamento da Enfam até 30 (trinta) dias antes da data de seu início, com informação da portaria do credenciamento. (NR)

Art. 6º O prazo previsto no parágrafo único do art. 6º da Resolução

Superior Tribunal de Justiça

Enfam n. 2 de 26 de abril de 2018, que prevê a necessidade de os formadores certificados concluírem os Níveis 1 e 2 do Programa de Formação de Formadores para permanecerem inscritos no Banco Nacional de Formadores, fica prorrogado até 31 de julho de 2022. (NR)

Parágrafo único. Para permanência da inscrição do formador no Banco Nacional de Formadores, após a conclusão do Programa de Formação de Formadores Nível 1, será exigido, a partir de 1º de agosto de 2022, o cumprimento da carga horária mínima de 48 horas-aula, a cada período de 2 anos, em ações formativas correspondentes ao Nível 2.”(NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro OG FERNANDES

Diretor-Geral

(*) Norma republicada por ter sido referendada pelo Conselho Superior da Enfam na reunião ordinária realizada em 22 de outubro de 2021.